

MAPA DO ENSINO SUPERIOR EM SÃO PAULO/BRASIL: UMA LEITURA DE SUA DIFUSÃO SOCIAL E TERRITORIAL

*Prof. Dra. Núria Hanglei Cacete/Brasil
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
e-mail: nuriah@usp.br*

*Prof. Dr. Luis Fernando de Freitas Camargo/Brasil
Instituto Federal de São Paulo
e-mail: lufre@gmail.com*

Introdução

Nesse trabalho pretendemos apresentar e discutir, para além dos aspectos morfológicos do ensino superior brasileiro, o trinômio; expansão, diversificação, privatização a partir de uma leitura territorial da dinâmica socioeconômica da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP. Essa macrometrópole evoluiu, principalmente com base em uma vocação industrial que se realizou a partir de um amplo e diversificado leque de atividades comerciais, de serviços, transportes etc. É a partir dos anos de 1980 que à indústria vai se sobrepondo o papel da informação, das finanças, dos serviços no comando dos processos econômicos.

A educação, em especial a superior, tem importância na reprodução da metrópole e os cursos de formação de professores, que possuem força de impacto em todos os níveis de escolaridade, condicionam as oportunidades de desenvolvimento social e econômico. A educação e as atividades que lhe são ligadas direta ou indiretamente desempenham uma função importante na geração da riqueza local. Nesse sentido, é importante analisar o papel do ensino superior nesse processo, assim como sua difusão social e territorial.

O intuito desse trabalho é “mapear” as instituições de ensino superior – IES que abrigam cursos de formação de professores para a escola básica, buscando identificar sua evolução e dinâmica, analisando os determinantes locacionais, sobretudo, pensando nas formas de distribuição da oferta de ensino superior tanto pública como privada pelo território paulista do ponto de vista da lógica que comanda esse processo. A dinâmica da relação entre o setor público e o setor privado de ensino superior aponta para lógicas distintas quanto aos determinantes relativos à localização, variedade e qualidade da oferta. A expansão do setor privado de ensino superior de caráter mercantil tem atendido mais a uma seletividade crescente na oferta do que à sua qualidade. Por outro lado o movimento desse setor tem levado a uma concentração geográfica e um reforço das localizações mais vantajosas estando presente em grande parte dos municípios da RMSP. O setor público tem como característica a variedade e qualidade da oferta que é, entretanto, restrita frente às demandas existentes, além do estancamento de sua expansão social e territorial frente ao crescimento da população em um período ávido de qualificações.

Os elementos apresentados neste trabalho são estruturados a partir dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP/2009 com base nas informações oficiais o que, no caso em foco, demanda uma série de articulações e inter-relações. Nesse sentido, é importante destacar que o INEP não tem uma base estruturante que considere as denominadas “regiões metropolitanas”, uma vez que trabalha com elementos dispostos entre: Capital e Interior. Dessa forma, buscar o contexto da RMSP possibilita ampliar a análise, levando em conta o conceito geográfico do tema o que implica em considerar os processos de metropolização e conurbação..

É importante ressaltar que a privatização do ensino superior brasileiro se inicia

basicamente no final dos anos de 1960 e atualmente cerca de 90% das Instituições de Ensino Superior-IES são privadas. A expansão e consolidação desse grau de ensino no país se dão a partir de instituições isoladas de caráter privado que adotaram o modelo das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que tiveram como meta inicial promover cursos de licenciatura curta para candidatos ao magistério. Na esteira desse processo não se estabeleceu apenas uma dualidade expressa por um setor público e um setor privado. Ocorreu, além disso, uma diferenciação entre as instituições relacionada à qualidade acadêmica e ao público a quem essas instituições dirigem seus “produtos”. O ensino superior privado surgido a partir da década de 1960, considerado um setor de menor prestígio, estava dirigido às camadas sociais médias urbanas mais desprovidas de capital econômico e consideradas com menor vocação acadêmica.

As faculdades de filosofia cumpriram um papel importante na ampliação do setor privado de ensino superior. Foi a partir delas que se fundaram muitas das primeiras instituições privadas, inicialmente como um “pequeno negócio” funcionando como uma espécie de “acumulação primitiva”. (CACETE, 2003: p.90) Os cursos de licenciatura nos anos de 1960 e 1970 se constituíram como estratégicos para um empreendimento que exigia pequeno capital inicial e que iria operar a um custo reduzido. Foram esses mesmos cursos que permitiram a acumulação necessária para que essas instituições, num segundo momento, já com capital suficiente, oferecessem novos cursos, que exigiam investimentos mais significativos, porém com maiores garantias de rentabilidade. Nesse contexto muitas instituições evoluíram para a condição de grandes empresas, algumas delas ascendendo ao “status” de universidade passando nos anos de 1980 e 1990 a se constituírem, verdadeiramente, em um poderoso empreendimento capitalista (SAMPAIO, 2000).

O processo recente que marca a expansão do ensino superior brasileiro apresenta iniciativas que colocam o mercado como representante do avanço de relações de acumulação e reprodução de riquezas no setor. A rentabilidade dessas IES mercantis torna-se próspera sendo que hoje é possível identificar empreendimentos que se reconhecem como “holding” e se colocam no mercado de ações.

Análise do mapa do ensino superior na Região Metropolitana de São Paulo

A idéia de buscar os nexos que explicam uma possível territorialização das Instituições de Ensino Superior na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) aponta para a necessidade de particularizar a análise para um segmento que seja significativo no conjunto da formação profissional em nível superior. Nesse sentido, os cursos de formação de professores tornam-se emblemáticos, visto que respondem a uma demanda relacionada com o avanço das necessidades sociais de escolarização ao mesmo tempo em que também explicam a origem das Instituições de Ensino Superior – IES privadas no país.

A RMSP é composta por 39 municípios que exprimem uma “mancha urbana” significativa e envolve um contexto espacial que articula capital, produção e trabalho e toda a dimensão social numa das cidades mais movimentadas da América Latina: São Paulo. Os limites dessa cidade se confundem e incorporam outros municípios sem rigor senão na fronteira espacial e na administração. Portanto, tudo parece ser São Paulo.

Quanto ao ensino superior este se relaciona espacialmente a dois indicadores distintos e determinados por contextos de diferentes dimensões: o ensino público e o ensino privado.

O ensino público se estrutura segundo a disponibilidade de terrenos para a instalação, o que possibilita, em médio prazo, a valorização espacial relacionada à

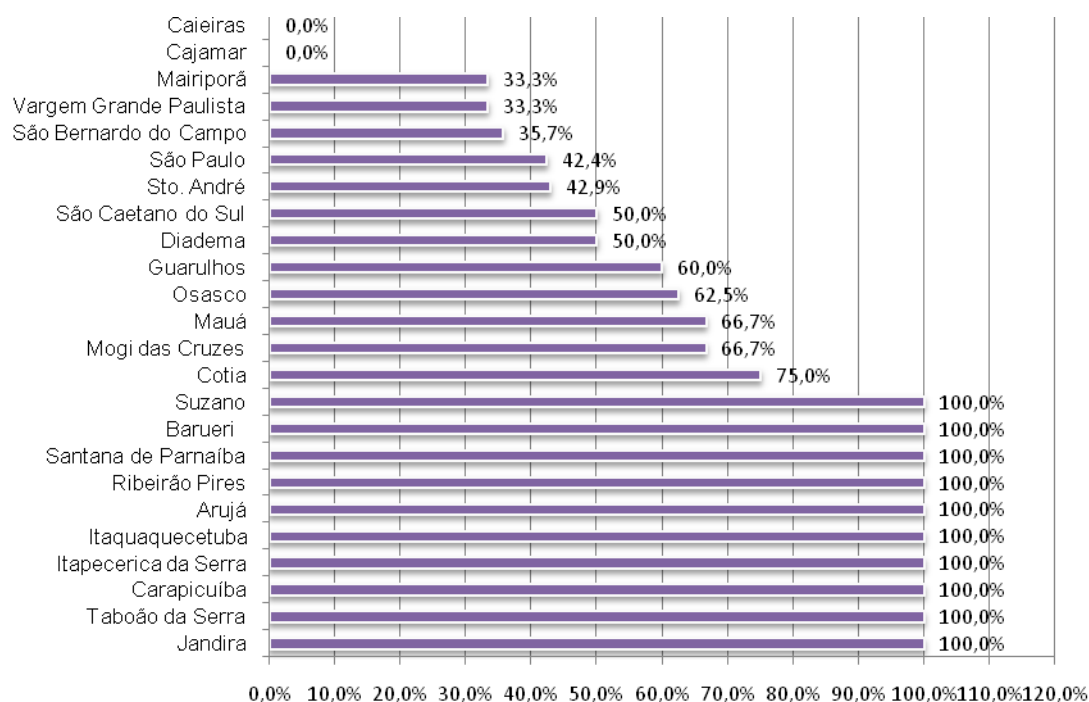
especulação imobiliária – (renda territorial urbana); portanto, não se compromete socialmente com a comunidade mais próxima e se apresenta como elemento “estranho” à realidade do lugar. Já o ensino privado procura atender uma demanda mercantil que dimensiona “mercado consumidor potencial”. Assim, dependendo do curso e do lugar, se justifica a instalação de IES privadas em locais de circulação e /ou próximos à periferia da cidade (RMSP). No que se refere às IES comprometidas com a formação de professores percebe-se que as necessidades das escolas de educação básica permitem uma demanda que se espalha por grande parte dos municípios que compõem a RMSP.

No conjunto, os cursos de formação de professores estão assim distribuídos pela RMSP:

Tabela 1 - Proporção entre o total de IES instaladas e a oferta de licenciaturas por município RMSP

Município	Total de IES instaladas	IES com oferta de licenciatura	Proporção
1 Jandira	1	1	100,0%
2 Taboão da Serra	1	1	100,0%
3 Carapicuíba	2	2	100,0%
4 Itapeverica da Serra	2	2	100,0%
5 Itaquaquecetuba	1	1	100,0%
6 Arujá	1	1	100,0%
7 Ribeirão Pires	1	1	100,0%
8 Santana de Parnaíba	1	1	100,0%
9 Barueri	2	2	100,0%
10 Suzano	1	1	100,0%
11 Cotia	4	3	75,0%
12 Mogi das Cruzes	6	4	66,7%
13 Mauá	3	2	66,7%
14 Osasco	8	5	62,5%
15 Guarulhos	10	6	60,0%
16 Diadema	2	1	50,0%
17 São Caetano do Sul	6	3	50,0%
18 Sto. André	14	6	42,9%
19 São Paulo	170	72	42,4%
20 São Bernardo do Campo	14	5	35,7%
21 Vargem Grande Paulista	3	1	33,3%
22 Mairiporã	3	1	33,3%
23 Cajamar	1	0	0,0%
24 Caieiras	1	0	0,0%
	258	122	47,3%

Gráfico 1 - Proporção entre o total de IES instaladas e a oferta de licenciaturas por município RMSP

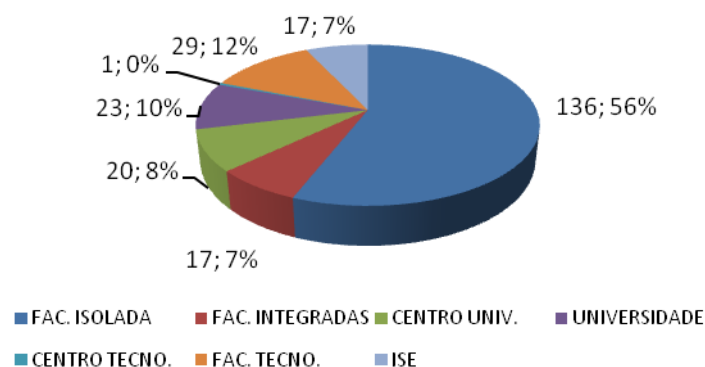


É importante ressaltar que, na configuração institucional, o INEP reconhece os seguintes tipos de organização acadêmica:

Tabela 2 - Proporção dos tipos de organização acadêmica RMSP

FAC. ISOLADA	136	56,0%
FAC. INTEGRADAS	17	7,0%
CENTRO UNIV.	20	8,2%
UNIVERSIDADE	23	9,5%
CENTRO TECNO.	1	0,4%
FAC. TECNO.	29	11,9%
ISE	17	7,0%
	243	100,0%

Gráfico 2 - Proporção dos tipos de organização acadêmica RMSP

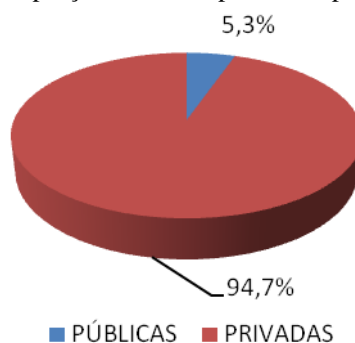


Dessas organizações acadêmicas o setor público e o privado são distintos e merecem destaque visto que definem contextos de formação com finalidades divergentes:

Tabela 3 - Proporção entre IES públicas e privadas RMSP

PÚBLICAS	13	5,3%
PRIVADAS	230	94,7%
	243	100,0%

Gráfico 3 - Proporção entre IES públicas e privadas RMSP



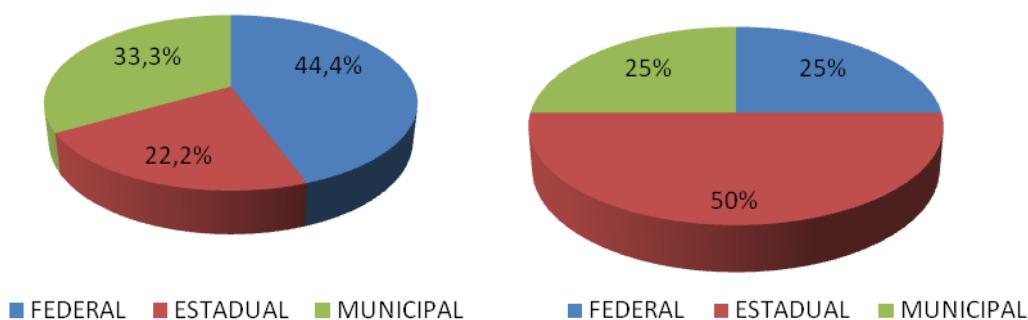
Como se pode deprender, a maioria absoluta dos cursos de formação de professores se dá em Instituições cujo ambiente acadêmico se identifica com organizações privadas e, portanto, de cunho mercadológico cujo interesse prioritário é o lucro. Por outro lado, as instituições públicas, historicamente mais envolvidas com a produção do conhecimento científico, têm pouca participação na formação de professores o que revela uma tendência frágil do setor frente ao compromisso social de preparar profissionais para a escola básica. Nesse sentido, por caminhos distintos, os dois setores não atendem concretamente as necessidades da educação básica do ponto de vista da formação de professores.

No que se refere à oferta de cursos de licenciatura nas IES públicas a participação da esfera federal é mais significativa apesar da presença das instituições estaduais se apresentarem em maior número, comparativamente, na Região.

Tabelas 4 a/b - oferta de licenciaturas – IES públicas

a - Presença na oferta de licenciaturas - IES públicas RMSP			b - Presença das IES públicas RMSP		
FEDERAL	44,4%	4	FEDERAL	25%	3
ESTADUAL	22,2%	2	ESTADUAL	50%	6
MUNICIPAL	33,3%	3	MUNICIPAL	25%	3
	100,0%	9		100%	12

Gráficos 4 a/b - oferta de licenciaturas – IES públicas

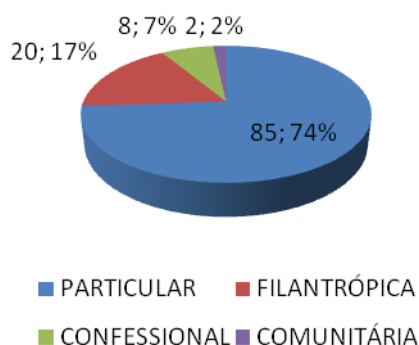


No que se referem às instituições privadas, elas se apresentam em várias categorias; entretanto, o caráter histórico de algumas de cunho confessional pode sugerir um compromisso com a produção do conhecimento que se distancia do plano mercadológico das instituições particulares. Por outro lado, algumas filantrópicas que não deveriam ter finalidade lucrativa atuam como empresas de ensino superior.

Tabela 5 - Proporção categorias administrativas entre as IES privadas RMSP

PARTICULAR	85	74%
FILANTRÓPICA	20	17%
CONFESSIONAL	8	7%
COMUNITÁRIA	2	2%
	115	100%

Gráfico 5 - Proporção categorias administrativas entre as IES privadas RMSP

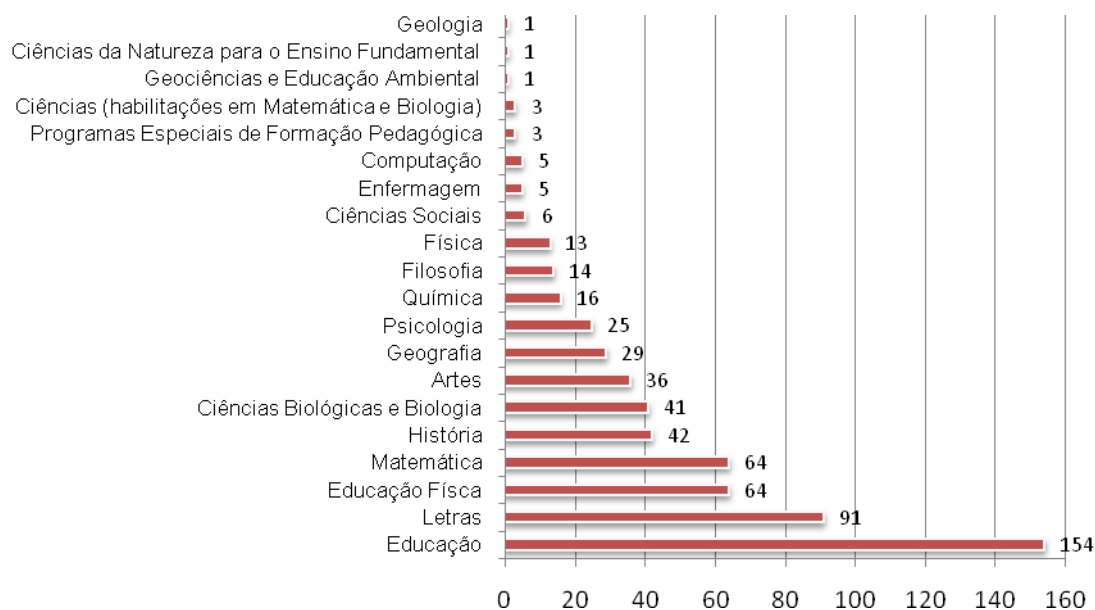


Ser professor significa se comprometer com uma parcela do conhecimento sistematizado e requer desse profissional especificidade de formação. Portanto, à medida que a escola se complexifica cada vez mais, novos componentes curriculares vão se estruturando, marcando outros segmentos de conteúdos ao mesmo tempo em que alguns outros deixam de ser significativos e referencias de formação acadêmico-profissional. O quadro abaixo relaciona os principais componentes curriculares e seus respectivos cursos de formação na RMSP.

Tabela 6 - Distribuição das licenciaturas por carreiras

1	Educação	154	25,1%
2	Letras	91	14,8%
3	Educação Física	64	10,4%
4	Matemática	64	10,4%
5	História	42	6,8%
6	Ciências Biológicas e Biologia	41	6,7%
7	Artes	36	5,9%
8	Geografia	29	4,7%
9	Psicologia	25	4,1%
10	Química	16	2,6%
11	Filosofia	14	2,3%
12	Física	13	2,1%
13	Ciências Sociais	6	1,0%
14	Enfermagem	5	0,8%
15	Computação	5	0,8%
16	Programas Especiais de Formação Pedagógica	3	0,5%
20	Ciências (habilitações em Matemática e Biologia)	3	0,5%
17	Geociências e Educação Ambiental	1	0,2%
18	Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental	1	0,2%
19	Geologia	1	0,2%
		614	100,0%

Gráfico 6 - Distribuição das licenciaturas por carreiras



Para gerenciar a complexidade da educação básica, nas suas várias dimensões, o pedagogo se apresenta com o objetivo de administrar essa escola segmentada e dar nexos conjuntural para o trabalho escolar. Na atualidade, cabe também a esse profissional – pedagogo ou educador - a tarefa de fornecer as bases da alfabetização ou do letramento, suprimindo a idéia de um professor com formação específica própria dos cursos de magistério. Atualmente, o denominado “Normal Superior” (previsto na LDB 9394/96) foi incorporado pelos cursos de pedagogia, levando em conta algumas especificidades de formação que se definem no interior do próprio curso.

Essas razões (administração das escolas e formação de professores das séries iniciais) são imperativas para justificar a ocorrência dos Cursos de Pedagogia ou Educação em maior quantidade – 25,1% e espalhados por quase todos os Municípios da RMSP.

Os cursos de letras correspondem a 14,8% e são responsáveis por duas disciplinas no interior da escola básica: Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna, sendo que a primeira oferece a maior carga horária disponível. Portanto, o que se pode supor, de imediato, é que a oferta de trabalho define a procura dos cursos de formação.

Seguindo essa tendência, os cursos de formação de professores de Matemática estão em segundo lugar, como os mais oferecidos, considerando a grade do ensino fundamental. Primeiro, vale destacar que o número de aulas disponíveis para o componente curricular Matemática não é 1/3 inferior ao de Língua Portuguesa, sugerindo que a opção pelo Curso de Letras não se dá, apenas, pela oferta de trabalho, mas também pela distinção entre o tipo de conteúdo que um e outro trabalha (14,9% de Letras contra 10,4% de Matemática). Competindo com os cursos de Matemática estão os cursos de Educação Física que, no âmbito da escola básica, apresenta um número muito inferior de aulas disponíveis. É importante considerar que, na atualidade, os Cursos de Educação Física não atendem, apenas, as aulas da escola convencional; eles formam profissionais para as denominadas Academias de Ginástica e “personal training” o que justifica a oferta significativa desses cursos.

Na ordem da tabela acima, percebe-se que os cursos de História se apresentam numa situação privilegiada se considerado os componentes Ciências Biológicas e Geografia. É importante realçar que o professor de Ciências pode ser também aquele formado em química, biologia e às vezes em física, o que amplia a oferta de profissionais da área - Ciências. Entretanto, a Geografia apresenta no ensino básico uma carga horária semelhante a da História o que indica uma sensível desproporção entre profissionais de uma e outra área no RMSP (História, 6,8% dos cursos contra 4,7% dos de Geografia) e reitera a afirmação de que muitas vezes os professores de Geografia são formados em outros cursos (História, Ciências Sociais etc.) ou em outras profissões (advogados, engenheiros entre outros).

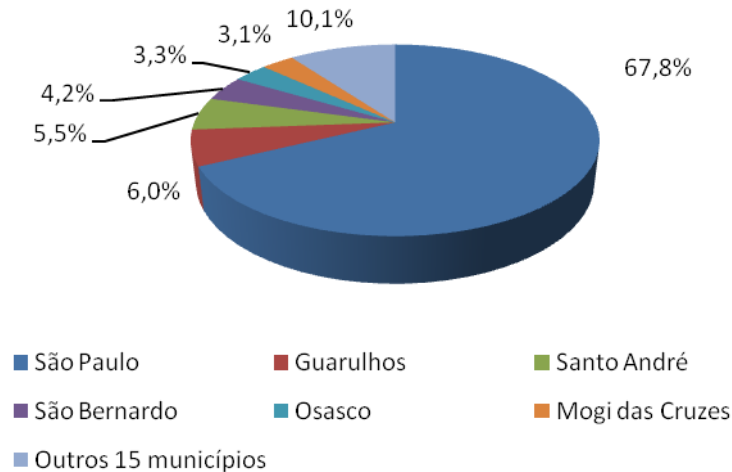
Levando em conta, ainda, os dados da tabela/gráfico 6 (Distribuição das licenciaturas por carreiras) é necessário salientar que os componentes próprios do ensino médio, naturalmente, apresentam uma redução de oferta de cursos, se bem que estes se dispõem em maior quantidade se for levado em consideração o volume de aulas disponíveis no ensino fundamental. Mesmo os cursos de formação de professores de Química e Física que são considerados os mais deficientes em oferta de vagas apresentam uma melhor situação se considerada a realidade dos cursos de Geografia que atendem todo o ensino básico. Por outro lado, os cursos de Filosofia e Ciências Sociais/Sociologia tendem a ser valorizados, considerando as novas determinações legais que definem a obrigatoriedade dessas disciplinas no ensino médio. O mesmo acontece com as formações em Computação que se ampliam, procurando atender as necessidades dos cursos técnicos/tecnológicos, em plena ascensão enquanto modalidade de ensino médio.

A cidade de São Paulo se apresenta sediando o maior volume de instituições/cursos de ensino superior, até porque é núcleo difusor da educação na “região” e também porque concentra a oferta de empregos o que indica uma circulação diária que pode facilitar o acesso. Entretanto, a ocorrência de IES com curso de formação de professores em outros municípios da RMSP reforça a idéia de uma expansão centro/periferia que vincula industrialização e participação dos municípios na acumulação e reprodução de riqueza na cidade de São Paulo. Dessa forma, o que se busca é a relação entre economia e escolaridade, marcando a idéia de que o avanço das relações de produção requer um contexto educacional sem, contudo, assegurar a melhoria da qualidade da vida, até porque contraditoriamente esse avanço de relações de produção vem acompanhado do desemprego estrutural.

Tabela 7 - Participação dos municípios na oferta de licenciaturas na RMSP

São Paulo	416	67,8%
Guarulhos	37	6,0%
Santo André	34	5,5%
São Bernardo	26	4,2%
Osasco	20	3,3%
Mogi das Cruzes	19	3,1%
Outros 15 municípios	62	10,1%
	614	100,0%

Gráfico 7 - Participação dos municípios na oferta de licenciaturas na RMSP



Como se pode perceber são os municípios que incorporaram a industrialização de base multinacional aqueles que estruturaram uma rede de IES geralmente privada para atender a demanda de formação de professores o que sugere dois contextos: um relacionado à oferta de emprego na escola básica e outro próprio da melhoria da qualidade de vida que tem demandado a formação em nível superior como *status*. A figura 1 ilustra a concentração de IES na cidade de São Paulo, bem como a relação entre as quantidades de vagas e a relação com a densidade demográfica de cada município da RMSP.

Figura 1 – Distribuição territorial dos cursos de licenciatura na RMSP.

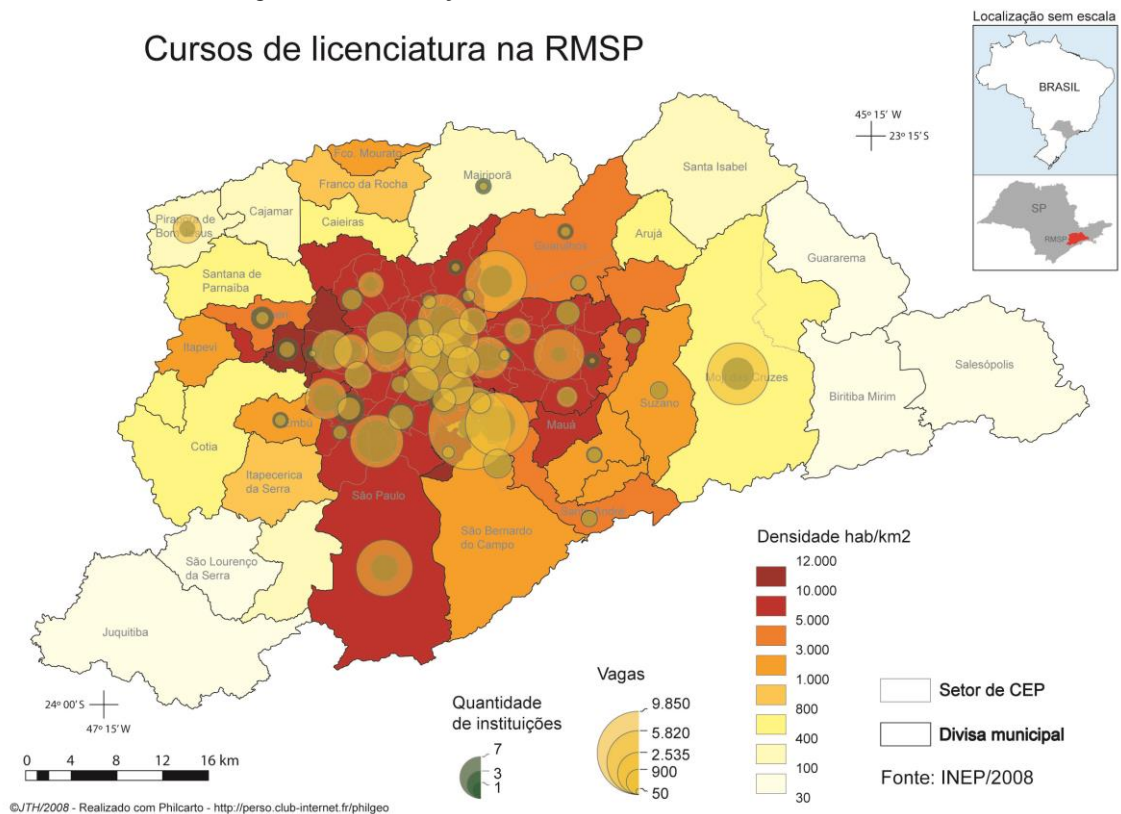
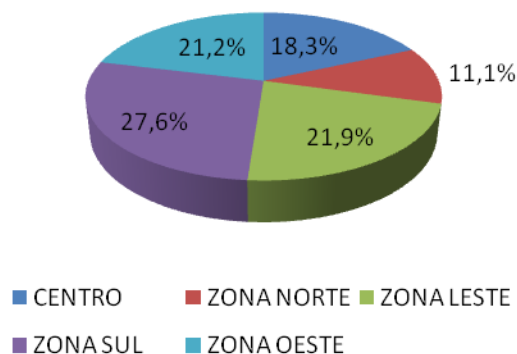


Tabela 8 - Distribuição das licenciaturas na capital paulista

CENTRO	76	18,3%
ZONA NORTE	46	11,1%
ZONA LESTE	91	21,9%
ZONA SUL	115	27,6%
ZONA OESTE	88	21,2%
	416	100,0%

Gráfico 8 - Distribuição das licenciaturas na capital paulista



Levando em conta que essa industrialização não respeitou fronteiras municipais a situação desses municípios que se industrializaram é a mesma de algumas regiões da cidade de São Paulo; porém a distribuição geográfica das IES se deu em um contexto adverso que merece destaque.

Conforme já foi mencionado, as IES privadas seguiram um percurso que transitou entre ensino básico (ginásio, colégio) e ensino superior. No âmbito da oferta de cursos, as licenciaturas se constituíram a partir da década de 1970, em fonte de acumulação primitiva de recursos. A expansão dessas IES a partir do final da década de 1980 requereu a incorporação de outros capitais privados, relegando as licenciaturas e transformando o ensino superior em uma “loja de diplomas” cuja mercadoria dependia, principalmente, de cursos adaptados à área de negócios. Entretanto, os cursos de formação de professores não foram definitivamente eliminados e se estruturaram mediante uma lógica espacial, que merece ser analisada.

A Zona Sul, espacialmente, é a que se apresenta como a maior região da cidade em território e expressa o lugar de moradia de uma grande parcela da população com menor renda. Tal ocorrência está relacionada a Serra do Mar que, historicamente se coloca como elemento natural de obstacularização da urbanização e, por conseqüência, desvalorização imobiliária. Curiosamente, trata-se do lugar que apresenta um maior número de instituições que oferecem cursos de formação de professores (27,8%) quase todas de caráter privado (99,1%) o que reforça a idéia de que as licenciaturas ou pedagogia se identificam com as opções profissionais da população mais pobre.

Seguindo a mesma lógica de relacionamento entre população residente e procura por cursos de formação de professores, a Zona Leste é também o lugar de moradia de um contingente de baixa renda que se instalou na região no processo de expansão da mancha urbana vinculada à migração interna e construção da Metrópole. A Zona Leste abriga 21,8% dos cursos e sua vinculação com o setor privado é da ordem de 98,9%, número muito próximo ao da Zona Sul. Nessa Região situa-se o campus da Universidade de São Paulo – USP Zona Leste que parece participar muito pouco da função social de formação de professores, o que explicita uma posição dessa Instituição

que se desvincula do ensino básico (Na USP Zona Leste há somente um curso de licenciatura em Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental).

A Zona Oeste é a terceira Região da Cidade que oferece cursos de formação de professores e, ao contrário das outras duas, apresenta uma situação muito diferente visto que conta com o setor público para compor o seu conjunto. Apesar da maioria das IES de formação de professores ainda se vincular ao setor privado, a participação do setor público na Zona Oeste é bastante significativa – 21,8% e essa situação está diretamente relacionada ao campus da capital da Universidade de São Paulo. Diferente da USP – Zona Leste, a USP – Cidade Universitária trás na sua história o compromisso com a formação de professores desde a sua fundação, em 1934. Nesse sentido, apesar da valorização dos cursos de bacharelado, a USP apresenta um conjunto de licenciaturas que muitas vezes, se constitui em referencia de organização curricular para os cursos da iniciativa privada. Dessa forma, a presença do setor público, nessas duas regiões, no oferecimento dos cursos de formação de professores, não se identifica com possibilidades convenientes de proximidade do trabalho ou da moradia visto que aglutina estudantes de todos locais da Metrópole, independente da distância. Temos então um modelo de universidade de pesquisa instaurada territorialmente sob a forma de campi concentrando num espaço apartado cursos, faculdades e institutos.

A região central da cidade de São Paulo foi edificada, sobretudo, em um momento econômico onde as fontes de acumulação de riquezas estavam relacionadas à atividade cafeeira e a “industrialização restringida de base nacional”. Assim, o que está construído, edificado ou materializado representa outros contextos econômicos cuja adaptação tem se dado na substituição de funções. Os prédios, construídos se adaptam para atender ao comércio ou a prestação de inúmeros tipos de serviços. Nesse contexto é que se pode constatar a presença de IES de cunho privado que oferecem cursos de formação de professores. Levando em conta de que se trata de local de fácil acesso e significativa circulação de pessoas, essa Região apresenta os requisitos necessários para a implantação de tais cursos.

A Zona Norte representa a menor Região da Cidade devido a fatores limitantes, vinculados a Serra da Cantareira. Essa periferia (de espaço e de população) “diminuta” faz com que a oferta de cursos de formação de professores seja reduzida, confirmando que a formação de professores se relaciona com as possibilidades concretas da maior parcela da população urbana. A oferta de cursos de formação de professores na Zona Norte (10,9) é menos da metade da oferta verificada nas zonas: Sul (27,8%) e Leste (21,8) e integralmente comprometida com o setor privado. Uma análise superficial pode sugerir de que, se a população é menor é razoável apresentar menos cursos. Entretanto, a análise não deve passar pela análise do contingente absoluto da população, mas sim pelo poder aquisitivo que define as possibilidades concretas de acesso ao ensino superior pago.

Considerações finais

O levantamento dos dados sobre a distribuição espacial dos cursos de licenciatura possibilitou a confecção do mapa apresentado na figura 1 que retrata o contexto territorial das IES comprometidas com a formação de professores. Esse mapa é a expressão visual de um contexto onde o setor privado se incumba da tarefa de formar professores. Nesse sentido, revela a lógica da dinâmica espacial onde o setor privado usufrui das localizações mais vantajosas como “mercado consumidor potencial”, facilidade de acesso, infraestrutura, etc. Ao mesmo tempo, a expressão de uma realidade marcada pela desvalorização do papel social da escola que depende de um recurso

individual e privado (professores pagando pela formação inicial) para o seu pleno funcionamento. Assim é que se constata a falta de condições de funcionamento de muitas escolas públicas pela ausência de professores ou de profissionais capacitados. A situação verificada é, sobretudo, resultado da falta de uma política pública comprometida com a formação inicial de professores o que possibilita um mercado negociado pelas IES privadas.

Por outro lado a universidade pública segue o modelo segregacionista multicampi. Neste momento em que a questão da mobilidade e acessibilidade urbana está em pauta, sobretudo em uma metrópole como São Paulo com cerca de 20 milhões de habitantes, é fundamental debater esse modelo de universidade cuja expressão territorial segue a lógica dos campi se constituindo como um enclave na metrópole. Uma política urbana deficiente, uma quase ausência de medidas de planejamento urbano ordenando as atividades de uso do solo articulada com o sistema de transportes e de circulação, comprometem a mobilidade e a acessibilidade urbana e o acesso de uma parcela da população a instituições públicas de qualidade.

Referências:

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sinopses estatísticas da educação superior. 2009.**

Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em: 17 maio 2009.

CACETE, Nuria H. **A formação do professor para a escola secundária e sua localização institucional: da faculdade de filosofia ao instituto superior de educação. A referência da formação do professor de Geografia.** Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2003.

SAMPAIO, Helena. **Ensino Superior no Brasil: o setor privado.** São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.